

A Reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum: uma resposta ao capitalismo de crise

La reciprocidad y los colectivos de autoorganización de la vida común: una respuesta al capitalismo de crisis

Reciprocity and common life self-organization collectives: a response to crisis' capitalism

Luiz Inácio Germany Gaiger*
gaiger@unisinos.br

Resumo: Observam-se na atualidade iniciativas coletivas de auto-organização que se multiplicam nos mais diferentes lugares, ao Sul e ao Norte. Esses coletivos revitalizam ou criam práticas de autogestão comunal, ao buscarem atender demandas da vida cotidiana de seus integrantes e de seus entornos sociais. Seguidamente, se alinham a movimentos sociais de contestação da ordem vigente, contrapondo-se aos processos de expropriação, exploração e opressão instaurados pelo capitalismo, bem como à mercantilização das relações humanas e à ruptura das estruturas de solidariedade. Esse artigo descreve esse panorama, situando-o no estágio atual da acumulação capitalista. A seguir, sustenta que os coletivos encontram na reciprocidade um princípio de valor e de ação fundamental, instituinte e estruturante de suas dinâmicas internas e de seus engajamentos. Esse princípio, concebido a partir das obras seminais de Karl Polanyi e Marcel Mauss, leva os coletivos à condição de agentes antinômicos e alternativos ao cenário instaurado pelo sistema econômico dominante, cujo traço mais saliente é a produção sistemática de crises, com efeitos nefastos arcados pela sociedade. Ao sustentar essas experiências, a reciprocidade rivaliza com o princípio do intercâmbio, subjacente à sociedade de mercado, e abre campo a configurações nas quais a economia seja um meio de realização das aspirações humanas.

Palavras-chave: capitalismo, reciprocidade, auto-organização

Resumen: Actualmente se observan iniciativas de autoorganización colectiva que se multiplican en los más diversos lugares, en el Sur y en el Norte. Estos colectivos revitalizan o crean prácticas comunales de autogestión, ya que buscan satisfacer con autonomía las demandas de la vida diaria de sus miembros y sus entornos sociales. Luego, se alinean con movimientos sociales que desafían el orden actual, oponiéndose a los procesos de expropiación, explotación y opresión instaurados por el capitalismo, así como a la mercantilización de las relaciones humanas y la ruptura de las estructuras de solidaridad. Este artículo describe este panorama, ubicándolo en la etapa actual de la acumulación capitalista. A continuación, sostiene que los colectivos encuentran en la reciprocidad un principio de valor y de acción fundamental, lo cual instituye y estructura sus dinámicas internas y sus compromisos hacia la sociedad. Este principio, entendido a partir de las obras seminales de Karl Polanyi y Marcel Mauss, lleva a los colectivos a la condición de agentes antinómicos y alternativos al escenario establecido por el sistema económico dominante, cuyo rasgo más destacado es la

* Profesor del Programa de Posgrado en Ciencias Sociales de la Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

producción sistemática de crisis, con efectos nocivos soportados por la sociedad. Al sostener estas experiencias, la reciprocidad rivaliza con el principio de intercambio, subyacente a la sociedad de mercado, y abre el camino a configuraciones en las que la economía sea un medio para realizar las aspiraciones humanas.

Palabras clave: capitalismo, reciprocidad, autoorganización

Abstract: Currently, collective self-organization initiatives are observed that multiply in the most different places, in the South and in the North. These collectives revitalize or create communal self-management practices, as they seek to meet the demands of the everyday lives of their members and their social environments. Moreover, they align themselves with social movements that challenge the current order, opposing the processes of expropriation, exploitation and oppression established by capitalism, as well as the commodification of human relations and the rupture of solidarity structures. This article describes this panorama, placing it at the current stage of capitalist accumulation. Next, he argues that collectives find in reciprocity a fundamental principle of value and of action, guiding their internal dynamics and their engagements. This principle, conceived from the seminal works of Karl Polanyi and Marcel Mauss, takes collectives to the condition of antinomic and alternative agents to the scenario established by the dominant economic system, whose most salient feature is the systematic production of crises, with harmful effects borne by society. In sustaining these experiences, reciprocity rivals the principle of exchange, underlying the market society, and opens the way to configurations in which the economy is a means of realizing human aspirations.

Key-words: capitalism, reciprocity, self-organization.

Introdução

Esse artigo tem por objetivo propor uma tese, segundo a qual a *reciprocidade* constitui um princípio fundamental, de valor e de ação, instituinte e estruturante, de um conjunto diverso de iniciativas coletivas de auto-organização da vida comum, que se multiplicam na atualidade nos mais diferentes lugares, ao Sul e ao Norte. Esse princípio, eminentemente relacional, motiva a existência e determina a lógica desses coletivos, convertendo-os em agentes antinômicos e alternativos à lógica econômica e ao cenário social instaurado pelo sistema mundial dominante, que caracterizaremos como *capitalismo de crise*.

Sendo mais preciso, nosso foco de atenção diz respeito à existência multiforme e crescente de iniciativas locais, ligadas a variadas organizações associativas e a comunidades historicamente assentes em territórios, mas também a comunidades *intencionais*, formadas a partir de projetos criados e instituídos em comum. Uns e outros revitalizam valores e práticas de autogestão comunal e, seguidamente, alinham-se ou promovem ativismos individuais ou coletivos, via movimentos locais e globais de contestação e contraposição à ordem vigente. Em alguma medida, preservam ou propiciam graus de autonomia no provimento da vida cotidiana, no sentido de garantir patamares aceitáveis de dignidade. Isto, perante e contra os efeitos deletérios do capitalismo global, causados por seus mecanismos de expropriação, exploração e opressão, somados a processos de mercantilização das relações sociais e de ruptura de vínculos sociais, cuja resultante é um estado de *anemia existencial*, num misto de anomia e impotência.

Essas experiências têm sido promovidas e compreendidas mediante abordagens e designações variadas, conformando-se campos sociopolíticos em que gravitam termos como economia comunitária, economia solidária, empresas sociais, economia criativa, economia colaborativa, defesa dos comuns, novas comunalidades, etc. No seu conjunto, elas refletem a concomitância de práticas sociais que se entrelaçam e se interseccionam. A tese central a seu respeito, nesse artigo, sustenta que o traço peculiar e reitor dessas manifestações não é o seu caráter de resistência ou a obstinação de seus protagonistas, tampouco sua capacidade econômica para contrapor-se à lógica do mercado e à

acumulação capitalista. Seu traço singular e basilar repousa, antes, em um princípio latente de ação e organização, cujo modo de funcionamento passa a englobar e sobredeterminar o que se constituiu modernamente e se convencionou chamar de esfera econômica. Esse princípio desenvolve-se com base no reconhecimento mútuo, em um espírito de aliança e de prática de retribuições consecutivas entre indivíduos e grupos. Sua designação e concepção, como *reciprocidade*, provém da obra de autores como Marcel Mauss e Karl Polanyi, e da escola antiutilitarista de ciências sociais, com destaque a pensadores contemporâneos como Alain Caillé e Jacques Godbout. Na visão corrente em tais enfoques, o sentido histórico da experiência dos coletivos, diante dos impasses incontornáveis de nossa civilização reside no papel propulsor assumido pela reciprocidade e na sua capacidade de instaurar alternativas sociais de natureza metautilitarista, para além da economia e da sociedade de mercado (Gaiger, 2016).¹

A reciprocidade não se resume a essas experiências, uma vez que permeia inúmeros gestos e formas de sociabilidade, além de estar claramente instituída em sistemas de vida de segmentos sociais expressivos, como os camponeses, campestres e moradores (Gaiger e Santos, 2017). No entanto, considerar a reciprocidade no âmbito dos coletivos de auto-organização da vida comum aporta elementos demonstrativos das suas possibilidades de orientar e sustentar formas alternativas que escapam - até certo ponto, se contrapõem - ao domínio da sociedade de mercado e à falácia de nossos tempos que aparta a economia da vida comum (Gibson *et al.*, 2013). Essa linha de análise, ademais, é convergente com autores dedicados a perscrutar os rumos possíveis e desejáveis de nossa civilização. Desses pontos de vista, para serem virtuosas as sociedades futuras dependeriam dos laços de cooperação e de compartilhamento entre indivíduos, grupos sociais e nações. Como salientam Katherine Gibson e Julie Graham² (1996), essa perspectiva não faz mais do que reconhecer e reaplicar na vida prática o princípio humano fundamental da interdependência, como arguiremos adiante.

Abordaremos esse assunto em quatro passos. O tema da primeira seção é o cenário atual e, nesse âmbito, o que entendemos por capitalismo de crise. A seguir, os coletivos de auto-organização da vida comum serão examinados quanto à sua razão de ser e à sua atuação no cenário antes descrito. O objetivo da terceira seção consistirá em elucidar o conceito de reciprocidade e, no apartado seguinte, indicar como ela se manifesta e assume um papel dinamizador dos coletivos. O artigo se conclui com algumas considerações sobre uma possível transição para além de uma sociedade de mercado, destacando o papel histórico já exercido pela reciprocidade.

1. O capitalismo de crise

Historicamente, a expansão do capitalismo teve por consequência a instauração gradual de uma economia de mercado e, subsequentemente, de uma sociedade de mercado (Polanyi, 2000). Desde seus primórdios, esse processo foi causa de uma dissolução progressiva das relações sociais e das estruturas de integração e amparo que protegiam contingentes importantes da população da miséria extrema, da insegurança e da anomia. Por boas razões, no séc. XIX a questão social passou a galvanizar as atenções, a exemplo dos fundadores da sociologia. Na síntese magistral de Karl Polanyi, os “moinhos satânicos” da nova ordem econômica converteram a terra, o trabalho (e também o dinheiro) em mercadorias, com isso solapando as bases materiais e os vínculos sociais constituintes da

¹ Esse livro contém o arcabouço teórico do que será tratado aqui, não sendo viável retomar todos os seus diferentes elementos. Uma exemplificação, com casos de distintos países e épocas, foi publicada um ano depois (Gaiger e Santos, 2017), quando então a reciprocidade ganhou destaque como categoria analítica utilizada por vários autores.

² Ambas lideraram a formação de uma grande rede internacional, reunindo estudiosos e ativistas comprometidos com a teorização, divulgação e promulgação de novas visões da economia (URL: [Community Economies Collective](#)).

existência humana. Colocaram em seu lugar, como móveis do agir, a sede da ganância e o aguilhão da fome, com isso deixando a sociedade diante de um quadro ambivalente e paradoxal, de pauperismo e abundância, erguido sobre as ruínas de uma “sociedade orgânica” cujas instituições sociais, agora inertes, outrora recusavam-se a permitir que os indivíduos, simplesmente, “passassem fome” (Polanyi, 2000: 198-213 e passim). Escassez e sofreguidão, combinadas a uma fé cega no mercado e à expectativa de um futuro radioso para todos, repetidamente alimentada e frustrada, desde então passaram a ser os motes dos nossos tempos.

Trata-se de uma síntese incisiva, elaborada há mais de 60 anos, mas ainda atual (Somers, 2014). O quadro de desarticulação social engendrado pelo livre comércio – ponta visível de um sistema em que a economia se desvencilha da própria sociedade - se manteve e se agravou, embargando a própria tese polanyiana da transformação rumo a uma sociedade livre da mentalidade mercantil, das obsessões pelo econômico e da crença nas propriedades curativas de um crescimento perpétuo. É indiscutível que, desde então, tivemos melhoras gerais nas condições de vida (Bregman, 2018) e que os avanços tecnológicos e materiais hoje concedem ao ser humano um domínio ímpar sobre o mundo (Harari, 2016), *em tese* para o benefício da maioria, ou idealmente de todos. Contudo, a efetiva distribuição equitativa desses benefícios segue se colocando no terreno da utopia, de “horizontes alternativos que ativem a imaginação”, o que em primeiro lugar implica, por parte dos poucos aquinhoados com os frutos do progresso, agir com “sabedoria sobre o que significa viver bem” (Bregman, 2018: 24-25).

Não foi somente por pragmatismo, diante de uma catástrofe imparável que ceifava vidas e fechava os caminhos de sobrevivência habituais, que ao mesmo tempo surgiu e perseverou um movimento difuso e persistente de resistência social, de rejeição à nova ordem e, também, de criação de alternativas para viver *de outro modo* no mundo. Foi também por idealizações utópicas, seja buscando refúgio em modos de vida pregressos – deformados por sua designação míope e redutora de *pré-capitalistas* - seja por meio de saídas antiutilitaristas e não-mercantis, moldando o associativismo e o cooperativismo operário inaugurados no séc. XIX, como bem ilustra a minuciosa análise histórica de Martin Petitclerc (2007) sobre as origens da economia social no Quebec. Em variados quadrantes, ideias e iniciativas dessa índole têm sido pródigas desde então. Nem todas as pessoas aderiram à tese da “permuta civilizatória”, fazendo fé na estrada da razão e do progresso para chegarem, cedo ou tarde, ao regaço da felicidade (Gianetti, 2002: 55). E, mesmo para os bem colocados na fila, perdura às vezes uma sensação afligente de engano e desvio de rota (Gaiger, 2015).

Hoje, esses fatos já não são motivo de surpresa ou mesmo de despontamento, pois vivemos tempos de iniquidades, combinações entre barbáries antigas e novas, dúvidas crescentes sobre o futuro e insolúvel mal-estar. Em suma, em uma situação de “crise agônica” (Morin e Kern, 2003). Uma das suas causas principais é o fato da lógica de acumulação capitalista se ter desprendido da própria vida, ao liberar-se paulatinamente das nações, da produção e dos trabalhadores, tornando-se antissocial por excelência. Ao tirar proveito da terceira revolução industrial, ela evoluiu por meio de deslocamentos apátridas, da combinação flexível entre vários regimes de trabalho e produção, além de progressivas transferências para seus circuitos rentistas e especulativos, nos quais inexistem pessoas, mas sim cálculos, ações e investidores (Harvey, 1989; 2011). Essa esfera passou a comandar as estratégias produtivas, que tendem a desvencilhar-se dos compromissos sociais inerentes aos agentes humanos envolvidos e, assim, a desvincular-se da própria ideia de sociedade.

Em seu estágio atual, o capitalismo seleciona e ocupa predatoriamente mercados e territórios, extraindo desses últimos as riquezas naturais ao menor custo. Contra quem tenha ativos e ansiosas esperanças de prosperidade, ele introduz formas “limpas” de extrativismo, cujo alvo vai da singela poupança individual dos cidadãos aos Estados nacionais carentes de receitas e predispostos a se endividarem perpetuamente, à custa da submissão de suas políticas à vontade de seus credores. Em reprise do cercamento dos campos, no preâmbulo da primeira revolução industrial, o resultado direto

ou indireto são “expulsões” de diversos tipos: da vida profissional, dos espaços de moradia, da terra e mesmo da biosfera, sem a qual todos pereceremos (Sassen, 2016).

E, há pelo menos 30 anos, fala-se ininterruptamente em crises. Crises da economia, segundo se diz, em que pese constatar que o sistema capitalista segue célere, reciclando seus processos de concentração e acumulação. É que as crises não são capitalistas; elas são engendradas pelos movimentos do capital, atingindo a algumas frangas de seus detentores, mas sendo sofridas e pagas pela sociedade. E isto é estrutural, não algo momentâneo, causado pelo neoliberalismo (uma espécie de capitalismo desalmado, contra outro, supostamente decente), pois ditas crises refletem a lógica intrínseca do capitalismo. Em primeiro lugar, porque a tendência desse sistema é elevar a composição orgânica do capital, reduzi-lo a um número cada vez menor de empresas e, assim, concentrar a riqueza entre os próprios capitalistas, à custa dos trabalhadores e de empregos. Em segundo lugar, isto é feito em relação à sociedade em geral, dado que a lógica do capital promove e usufrui das condições em que a extração do valor do trabalho, sendo maior e mais livre, torna mais rentáveis os investimentos, o que justifica o deslocamento das empresas através do planeta ao preço do abandono de regiões industriais antes florescentes, ao lado de territórios deixados igualmente em ruínas e por sua conta, após terem sido degradados pela extração de minérios e outros recursos naturais. Em terceiro lugar, sendo inevitável enfrentar a concorrência entre as empresas, que para isso se apoiam em novas tecnologias, ocorrem ciclos de inovação, glamorosamente ditos de “destruição criativa”, em que a criação beneficia os empreendedores e a destruição atinge todos os demais.

Até aqui, tudo poderia ser creditado à lógica da acumulação capitalista, a um jogo que seleciona os contendores, impessoalmente. Mas também há 30 anos tornou-se claro que o capitalismo rentista e especulativo tomou conta da cena, embora ele mesmo seja improdutivo e precise lucrar absorvendo partes crescentes do excedente social do trabalho, já não sobre a produção, mas sobre o consumo e os tributos cobrados sobre a circulação geral da riqueza. À medida em que esses setores passaram a dominar os grandes centros de decisão política sobre a economia, a manipular suas instâncias de decisórias mais elevadas, como na crise de 2008, os sujeitos das estratégias de expropriação ganharam corpo, nome e sobrenome. As políticas de ajuste fiscal do FMI deram lugar àquelas de austeridade, aplicadas hoje em dia de forma disseminada à custa das funções e estímulos sociais do Estado. Os lobbies políticos deram lugar a negociatas escusas ou à simples compra de dirigentes e responsáveis nos mais altos escalões de governo.³ Não há margem à dúvida: há um propósito e há um plano.

Vivemos uma sucessão de crises reais, mas provocadas. Cria-se um *estado de crise*, intrínseco aos ciclos de acumulação, com sua natureza espoliativa; são também indispensáveis à lógica de livre circulação de interesses e capitais, à medida que paralisam os Estados e fixam a agenda política, descredenciando os intentos de escapar de um círculo vicioso em que as consequências sociais e econômicas negativas, vistas em sua aparência distorcida como sendo elas próprias o problema – o nó da questão - produzem falsas soluções inócuas diante das causas, deixando intactos os problemas reais e impondo resignação e conformismo a cada tentativa de enfrentá-los. O descrédito da política, que em última análise revela uma descrença nas possibilidades de vivermos coletivamente de forma racional, tem a ver com a impotência estampada das instituições políticas e com sua abdução funcional pelo poder econômico. Nesse contexto, não seria incorreto afirmar que, ao contrário do que se imagina, o catastrofismo não condena o sistema, antes constitui uma artimanha política que fundamenta suas ações.

É que, a serviço do sistema, a gestão da crise é uma técnica de governo, uma forma de reservar ao capital “a inteligência estratégica do presente” e aplacar os ânimos (Comitê Invisível, 2018: 19 *et passim*). Quando, ademais, se constata que as novas e quase compulsórias formas de sociabilidade, conexão e reação, são controladas por empresas, antes de mais nada capitalistas e nada hesitantes em

³ Exemplos e detalhes são oferecidos em *Inside Job*: <https://www.youtube.com/watch?v=8mAnWoY0RrU>.

entregar esses espaços ao mercado e a forças políticas por ele mandatadas, sitiando os cidadãos,⁴ a crise adquire tons por assim dizer metafísicos, de anemia existencial: de se estar privado do mundo e ausente da própria existência (Comitê Invisível, 2018: 28-39). Um quadro de descontrole, empobrecimento e desesperança; e, ao mesmo tempo, na falta de alternativas ou de energias para vencer a inércia, um moto-contínuo que, entre outras coisas, transfere ao mundo e à existência *virtual* as possibilidades do desejável, deixando-os como uma espécie de limiar das aspirações humanas.

2. Os coletivos de auto-organização da vida comum

Além da apatia, contra a chantagem da crise há também inconformidade com *a vida que se tem e que se leva*. De diversas formas, colocam-se em questão os modos de vida, busca-se recuperar o significado de viver bem. Refletindo mal-estar e indignação, contestações e levantes acontecem; em geral, são eventos efêmeros, mas via de regra estão associados, como prelúdio ou desdobramento, a intentos práticos e utópicos (Bregman, 2018) de romper com a lógica individualista imperante, por meio de experiências significativas de engajamento, inspiradas no passado ou movidas pela imaginação criativa, assentes em laços juramentados entre pessoas que se mobilizam, estimulando novos envolvimento. Dessas experiências, diz-se que amiúde incorporam o ideário da autogestão, um fato já bem evidenciado (Nascimento, 2019a), e se movem por um espírito de reciprocidade, alimentando um ethos comunal (Nascimento, 2019b). Metaforicamente, formam um arquipélago descontínuo de experiências, que multiplicam laços e se interligam à distância, como pequenas ilhas cientes de suas convergências e possibilidades de conexão e ação conjunta.

Provavelmente, a visão global mais abrangente a respeito, embora não exaustiva, seja a ESS Global, propiciada pela agregação de informações com o auspício da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS), na qual foram integrados registros de diversos levantamentos nacionais e regionais, classificando-se as iniciativas por gênero de atividade e outros parâmetros. Assim, com poucos cliques têm-se uma visão global das diversas iniciativas de economia social e solidária, sendo possível também acessar dados de contato e websites, para descrições e análises mais minuciosas.⁵

A sua pujança multilocal se verifica mesmo em situações à primeira vista improváveis, como os Estados Unidos, caso em que tanto cooperativas quanto iniciativas de base comunitária unem-se para lograr ganhos de escala e constituir ecossistemas (Davis *et al.*, 2014; Gaiger, 2017). A bem da verdade, bastaria ficar no terreno já conhecido da economia social e solidária, com seus antecedentes, para que o arquipélago seja visível. No Brasil, dois mapeamentos nacionais da economia solidária somaram mais de 35 mil iniciativas, ficando claro que muitas delas seguem as pegadas de organizações pioneiras, mais reluzentes décadas atrás (Gaiger *et al.*, 2014). Vários países atualmente dispõem de estatísticas, mesmo parciais, evidenciando o peso considerável das cooperativas e de outras formas de associativismo de trabalhadores, consumidores e usuários (Bouchard e Rousselière, 2015).

Além da economia social e solidária ou campos instituídos há mais tempo, abundam outras iniciativas. Por razões políticas ou simples desconexão, muitas experiências permanecem na periferia ou à margem dos circuitos e zonas centrais das economias alternativas. Algumas delas foram reconhecidas e acolhidas pela economia solidária no Brasil, a exemplo dos coletivos típicos dos povos

⁴ Facultando o acesso ao mundo virtual, a cibernética é por assim dizer uma nova ciência de governo (no sentido de controle, não de poder do Estado), cuja propriedade está altamente concentrada: apenas um único conglomerado de empresas, *Alphabet*, controla o Google, o sistema operacional Android, aplicativos como Google Maps e Waze, o navegador Chrome, o Gmail, a nuvem Google One, a plataforma de vídeos Youtube e variadas lojas virtuais e físicas de músicas e filmes (ver: matéria de 08/2015 no [The New York Times](#)).

⁵ Ver: http://www.socioeco.org/solutions_en.html.

tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, etc.), enquanto vários outros permanecem alheios, seja porque valorizam suas especificidades e não se deixam atrair por grandes movimentos, como as ecovilas, seja por serem novos e inovativos, por isso sem contornos claros e sem identidade comum.⁶

Por vezes, acontece que as iniciativas se vinculem a um campo já instituído ou a alguma dinâmica convergente, nova e promissora, para fins de reconhecimento e abertura de vias de crescimento, o que resulta em filiações concomitantes e em sobreposições que turvam a visão desde uma abordagem apenas institucional. O ativismo de um coletivo autogestionário de confecções, empoderamento de mulheres e fortalecimento comunitário, pode repartir-se entre a economia solidária, o sindicalismo, os movimentos feministas e as iniciativas mais recentes da moda sustentável, como tem vindo a público durante a semana da *Fashion Revolution* em várias cidades do mundo. Caso o coletivo em questão utilize insumos orgânicos ou oriundos da reciclagem, esse ativismo poderia ser visto também como um exemplo de economia circular e, estando em algumas capitais do Brasil, animar um dos *Ecopontos* da *Virada Sustentável* - ação anual promovida no Brasil por um consórcio de entidades com o propósito de despertar a consciência e gerar compromissos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, um programa multilateral da Organização das Nações Unidas.

Isto conduz a uma questão conceitual e metodológica: partir de campos sociais já constituídos, com suas respectivas filiações, não parece o melhor caminho para apreender a razão de ser e a dinâmica própria das organizações coletivas que nos interessam aqui. Cada campo social tende a orientar-se teleologicamente por seus fins declarados ou presumidos, e a ver-se a partir de uma agenda de ação diante da qual as experiências correspondentes deveriam posicionar-se. Na economia solidária – para voltar a mencionar um tema que vimos estudando há anos - no geral a pauta de estudos alterna-se entre políticas públicas e questões econômicas, enquanto estranhamente a solidariedade, em si, tende a ser considerada como algo dado, ou como um requisito que se precisa atender, tão só. Discuti-la a partir da reciprocidade, como veremos, significa entrar no âmago dessas organizações, do qual deriva todo o resto. Assim, ampliar o escopo analítico para além dos campos sociais já constituídos, ainda que os mesmos sejam uma via de acesso às experiências, é uma necessidade, ou pelos menos uma grande conveniência, diante de coletivos ainda não instituídos e, portanto, francamente abertos em seu devir e em seu potencial de inovação.

Como sabemos, aliás, a designação de *coletivos* tem sido adotada pelos próprios ativistas de um sem número de iniciativas que mobilizam agrupamentos diversos, em escalas de tempo e em espaços de atuação muito variados. Diante desse panorama, ao mesmo tempo instigante e compósito, é recomendável alguma delimitação e focalização. Quanto a isto, pelo que foi dito nas primeiras linhas do artigo e pela problematização conduzida até aqui, o leitor deve ter visto que nos referimos a um tipo de coletivos: aqueles, minimamente organizados e estáveis, que se autogovernam e buscam, em alguma medida, dar conta das necessidades e aspirações da vida comum, nos três sentidos da palavra: *comum* por serem questões próprias da vida cotidiana (e não efemérides, causas momentâneas ou situações extraordinárias), por serem assuntos partilhados coletivamente (e não uma causa externa ou de interesse particular) e por se tratar do protagonismo da gente comum (e não apenas de militantes ou líderes altruístas). Agindo assim, esses coletivos buscam escapar e se contrapor a variadas formas de dominação, expropriação, exploração e opressão.⁷ Possuem um caráter não estritamente classista, mas sim interclassista, associável a uma “nova classe global de desfavorecidos” (Sassen, 2010: 152-157). Para a autora dessa formulação, Saskia Sassen, essa classe deveria ser percebida, graças sobretudo à

⁶ O exemplo, nesse caso, sendo a plêiade de iniciativas consideradas de economia colaborativa, criativa, circular, etc.

⁷ Quanto à diferença entre exploração e opressão, seguimos Eric Wright (2015).

disseminação da internet e às possibilidades de conexão, como uma das forças sociais emergentes no cenário atual da globalização.

As condutas desses coletivos, em geral, não se amoldam à pauta de movimentos específicos, menos ainda ao estilo das negociações econômicas típicas do sindicalismo. Além de incidirem sobre incontáveis questões – do trabalho à gentrificação, da produção agroalimentar aos especismos – refletem uma mudança de ares. Uma vez que o capitalismo avançado converteu tudo em commodities, resta combater pela vida em todas as suas dimensões e facetas, sem disjunções ou exclusivismos. Para Geoffrey Pleyers,⁸ esses ativismos superam uma série de clivagens anteriores: a) entre demandas materiais e imateriais – tornando obsoleta a noção de “necessidades básicas”; b) entre individualização, vida privada e compromisso público – de modo que feminismo, ecologismo e anticonsumismo passam a andar juntos; c) entre o arcaico e o moderno – daí a volta à natureza, à comunidade, ao frugal e mesmo ao isolamento; d) entre o ser real e o ideal – o que implica autenticidade e coerência, reinscrutando a ética no centro dos debates.

Mais e antes do que criar outro mundo, se trata em síntese de lograr *outra maneira de viver no mundo*, o que requer em certa medida uma lógica de afastamento e de secessão (Comitê Invisível, 2018: 220) e uma aposta de que novas vivências – como a “economia com propósito”, para citar uma das expressões do momento – são o que produz a humanização. Confirmando o veredicto de John Holloway (2009) quanto ao devido repúdio à velha política centrada no estado, esses protagonistas não se sentem motivados pela tomada do poder, mas sim por formas de combater a tirania dos moinhos satânicos e, deixando de soprar suas pás, cessar de recriar e reproduzir o capitalismo.

Os focos de atuação dos coletivos, além de múltiplos, se entrelaçam (ver: **Figura 1**). Eles podem estar ligados a questões de fundo, como a justiça, a equidade, a democracia, a paz e, no compasso dos tempos atuais, com a transição ecológica (Hopkins, 2008), temática que vem galvanizando cada vez mais as atenções.

Figura 1 – Focos de atuação dos coletivos e exemplos de iniciativas correlatas.



Fonte: elaboração do autor

⁸ Comunicação oral e diálogo durante o XXXI Congresso da ALAS (Montevideu, 2017). Ver também Pleyers (2018).

Há inúmeros exemplos, diretos e indiretos. No escopo de um projeto internacional recente,⁹ informações e tipologias sobre *empresas sociais* foram levantadas em 37 países, deixando patente que muitas delas correspondem ou se assemelham às iniciativas aqui em discussão. No caso da América Latina, por exemplo, os dois padrões gerais predominantes das empresas sociais relacionam-se a sistemas de economia assentes em comunidades territoriais (étnicas, camponesas, de bairros, etc.) ou a unidades de produção, prestação de serviços ou consumo de bens, oriundas da associação de produtores, usuários e consumidores, que funcionam com base em princípios democráticos de governança e gestão (Gaiger e Wanderley, 2019). Na compilação de estudos de caso antes referida (Gaiger e Santos, 2017), coletivos de auto-organização com essas feições aparecem no âmbito da economia comunitária (Bolívia, México), do associativismo rural entre produtores familiares (França), da solidariedade operária (Argentina), da economia popular urbana (Chile) e de organizações comunais em pugna pela preservação de territórios e bens comuns (Bolívia e Portugal).

Em diversas paragens do globo, deparamo-nos com iniciativas mais antigas e perseverantes, ao lado de outras mais recentes, ousadas e inovadoras, muitas vezes se havendo convertido em modelos de referência amplamente disseminados. Há muitos casos conhecidos, documentados e examinados pela literatura acadêmica, especialmente em países como a Bélgica, o Canadá (Quebec) e o Equador. Preferimos ilustrá-los, no entanto, detendo-nos em dois casos de outros dois países: Espanha e Japão.¹⁰

O primeiro deles, “*Desmontando a la Pili*”,¹¹ foi premiado no I Congresso Nacional das *Redes de Economía Alternativa y Solidaria de España* (REAS), em Zaragoza, 2014. Trata-se de uma cooperativa de mulheres que entendem a sexualidade como parte integral do desenvolvimento das pessoas e oferecem sessões de terapia sexual, grupos de entreajuda e artigos eróticos alternativos ao mercado, com o lema “consumo responsável até na cama”. Objetivam auxiliar as pessoas, especialmente mulheres, a disfrutarem de uma sexualidade baseada na diversidade, no respeito, no prazer e na saúde. A *Pili* (de *Pilar*, nome feminino associado aos costumes de gênero mais conservadores do país) evoca tudo o que foi interiorizado para sacramentar a submissão das mulheres, como tabus, recalques sexuais e frustrações afetivas. Daí ser necessário o seu “desmonte”, por meio de jogos, reuniões *tuppersex*, oficinas e, sobretudo, mútua-ajuda entre mulheres dispostas a emancipar-se da cultura sexista e opressiva ainda reinante.

Em 1976, em Kyoto, teve início um projeto local, hoje disseminado no Japão. Um sistema de reciclagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos foi implantado, seguido da produção de biodiesel. Passou-se então a revitalizar a agricultura, com a introdução do cultivo da *Nonahana*,¹² no lugar da monocultura de arroz. No estágio posterior, alimentos e energia passaram a ser produzidos localmente, momento em que a experiência se tornou modelar e expandiu-se nacionalmente, incluindo ações de educação, preventivas do aquecimento global, de fomento a linhas de produção ecológicas e sustentáveis e, voltando às suas origens, de valorização das comunidades (ver: **Figura 2**).

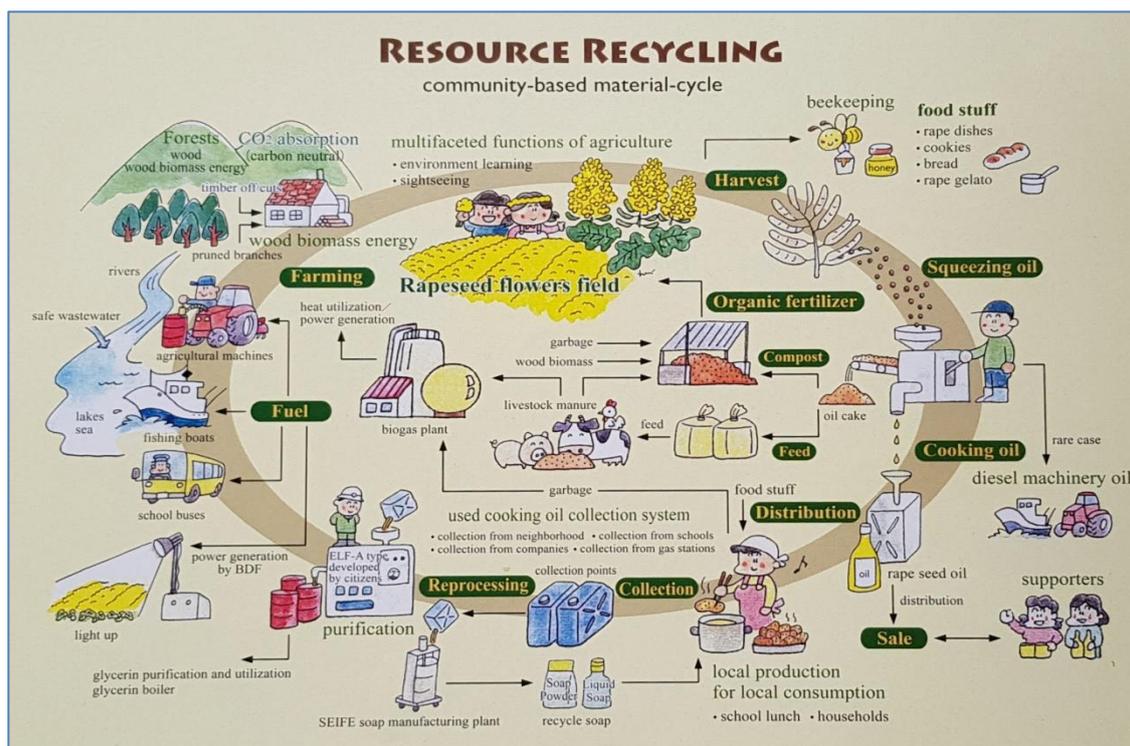
⁹ Trata-se do ICSEM Project, desenvolvido pela EMES European Research Network entre 2013 e 2019. Ver: <http://www.iap-socent.be/icsem-project>.

¹⁰ A Espanha é um dos centros dinâmicas das economias alternativas, predominando uma abordagem crítica de oposição à economia capitalista. É palco nesse momento de uma grande articulação de atores, no contexto do *Fórum Mundial das Economias Transformadoras*. O Japão, país em que a semântica das alternativas não é familiar, é conhecido por sua cultura cívica de valorização dos bens comuns, na contramão do individualismo ocidental (Ver: Sen, 1993).

¹¹ Ver: <https://desmontandoalapili.com/>.

¹² Palavra que significa semente de *colza*, uma planta da qual se extrai azeite, usado na produção de biodiesel.

Figura 2 – A economia circular do Projeto Nanohana



Fonte: documentação impressa do Projeto. Disponível em: <https://hoteye.jp/customer/nef/japan/contents005.htm>

A iniciativa foi obra de residentes locais, em sua maioria agricultores, que se consorciaram para dar outra cara ao desenvolvimento da região, em lugar do padrão industrial do séc. XX, de produção, consumo e descarte em massa. Seu pilar central são os saberes e as iniciativas locais, com base na responsabilidade cidadã e em lideranças comprometidas, o que supõe estratégias inclusivas, liberdade de participação e flexibilidade nos programas e estratégias. O *Projeto Nanohana*, como um bom exemplo de economia associativa circular foi também replicado na China, Coréia, Mongólia e Ucrânia.

3. O sentido da reciprocidade

Os *coletivos* têm sido examinados do ponto de vista de suas características comunais, no qual se focalizam aspectos de autonomia e autogestão (Nascimento, 2019a, 2019b; Zibechi, 2007), ou de suas condutas antiestatais e insurreccionais (Zibechi, 2006), que sustentariam a formação de novos blocos de poder (García Linera, 2010). Outro tema relevante tem sido o contexto de conflitos ambientais ou das lutas pela preservação dos bens comuns, em relação às quais há um campo de estudos com autores e trabalhos de referência (Ostrom, 2000; Martínez Alier, 2010). Outro prisma recorrente é o papel dessas organizações no desenvolvimento local (Lemaître, 2013). Sem desmerecer essas abordagens, nosso centro de interesse aqui será o sistema de motivações e relações que dão sentido e sustentam a organização e a atuação dos *coletivos*, sistema que se estrutura, conforme já mencionamos, com base no princípio de *reciprocidade*.

O termo reciprocidade tem sido abordado por uma vasta literatura, com diferentes conotações. Aqui, em primeiro lugar, ele é entendido como um dos quatro princípios de organização que desde tempos imemoriais sustentaram e tornaram possível a vida de povos e civilizações, de acordo com a tipologia de Karl Polanyi (1977; 2000), provavelmente familiar a muitos leitores de *Otra Economía*. Funcionando como um elemento integrador do sistema econômico, ou ocupando uma posição secundária, subordinada ao princípio da redistribuição, a reciprocidade foi mais constante e determinante ao longo da história do que o princípio do intercâmbio, cuja relevância é notória apenas nas sociedades de mercado contemporâneas. Os estudos realizados por Karl Polanyi e sua equipe (Arensberg *et al.*, 1957; Polanyi, 1968) evidenciaram que, via de regra, as sociedades instituíram seus sistemas econômicos por meio de combinações entre diversos princípios. Assim, mantiveram a satisfação de suas necessidades materiais ancoradas em suas respectivas estruturas sociais e culturais.¹³

Voltando à pesquisa internacional sobre as empresas sociais, concluiu-se a respeito da América Latina que a reciprocidade é muitas vezes a base constitutiva de tais iniciativas (Gaiger e Wanderley, 2019). Uma relevância similar se observou nos trabalhos reunidos na compilação já referida (Gaiger e Santos, 2017): em experiências de auto-organização coletiva do Quebec, México, Chile, Argentina, Moçambique, Portugal e França, a reciprocidade mostra-se uma categoria central. Ela tem sido tema de pesquisa e de discussão conceitual em muitos estudos sobre sistemas de vida distintos do moderno, anteriores à atual economia de mercado ou tendo um caráter de resistência ou de busca de alternativas ao nosso tipo de economia e de sociedade. Análises sobre o modo de vida em comunidades rurais no Brasil têm visto na reciprocidade uma chave compreensiva tanto das suas dinâmicas internas quanto das suas relações com a economia de mercado circundante e com seus agentes de infusão e penetração (Sabourin, 1999; 2011). Recuando no tempo, encontram-se estudos sobre a economia da dádiva, associada à reciprocidade, como um padrão dos povos indígenas de nosso continente. Para ficar apenas em um exemplo, cite-se o caso dos Guaranis:

Um dos elementos-chave desta forma econômica [dos Guaranis], estaria, portanto, na ausência das relações de mercado e na constituição de formas outras de circulação, as quais ocorreriam especialmente pelas doações de bens e serviços, sem que haja, formal ou explicitamente, expectativa imediata de reciprocidade, tal como ocorre no escambo ou no mercado. Todavia, a obrigação de reciprocidade existe, não necessariamente envolvendo as mesmas pessoas, mas como uma corrente contínua de doações. A doação é na realidade uma troca recíproca com algumas características estabelecidas por regras não escritas, sendo elas, a obrigação de dar, a obrigação de receber e de restituir mais do que se recebe (Martins, 2010).

Voltando ainda mais no tempo, caberia evocar o estudo de John Murra (1969) sobre os Incas, cuja estrutura social complexa – designada por ele de *arquipelago vertical* – lastreava-se na integração de dois princípios: a redistribuição e a reciprocidade. Para finalizar com um exemplo atual, uma pesquisa comparativa em países europeus examinou a presença e a natureza da solidariedade em variadas organizações da sociedade civil. Uma de suas últimas publicações sublinha o papel cumprido pela reciprocidade:

A dimensão reciprocitária da solidariedade mostra-se através da mobilização de vários tipos de atores envolvidos em uma magnitude de iniciativas cívicas, nas quais usuários, funcionários e voluntários, mas também representantes de autoridades públicas e outros provedores de capital, se

¹³ Uma apresentação detalhada desses princípios e do conceito de pluralidade econômica foi matéria do livro antes mencionado (Gaiger, 2016). Sobre a reciprocidade, ver também o cap. 12 de Gaiger e Santos (2017).

reúnem para atender a necessidades ou interesses específicos não atendidos. As expressões de reciprocidade criam relações voluntárias entre grupos ou pessoas díspares que dão, recebem e retribuem, criando assim novos laços de solidariedade (Eschweiler *et al.*, 2019: 551).¹⁴

Nessas diversas situações, a reciprocidade constitui tanto uma categoria descritiva das práticas observadas quanto um elemento geral que compõe o pano de fundo e dá sentido às experiências e aos sistemas de vida em análise. Seu uso mais corrente alude a relações sociais de mão dupla, em que gestos materiais ou simbólicos são praticados alternadamente, criando um circuito de prestações e contraprestações aberto e suscetível de estender-se indefinidamente. Contudo, essa menção habitual à reciprocidade, centrada em seus aspectos mais aparentes, traz o risco de transformá-la em algo relativamente trivial, restrito a condutas interpessoais e sem incidência significativa sobre as lógicas sociais latentes que determinam as possibilidades e as regras de interação entre os agentes: a vida *real*, para valer, sobretudo em sua dimensão econômica, permaneceria bem diferente, pouco ou nada compatível com a reciprocidade.¹⁵ De um modo mais geral, a busca de entendimento de realidades sociais historicamente diversas, sem contudo abdicar dos parâmetros de referência da nossa época, explica a flutuação conceitual reinante acerca da reciprocidade: são comuns as sobreposições entre perspectivas distintas de análise, inclusive em autores referenciais sobre o tema (Temple, 2003) e nas obras clássicas de Marshall Sahlins (1974) e Alvin Gouldner (1960), entre as mais conhecidas.

Por isso, é importante adotar uma conceituação clara e fundamentada. Em nosso caso, partimos do arcabouço teórico legado por Karl Polanyi, cuja obra situa-se em estreita convergência com Marcel Mauss, conforme tem enfatizado a corrente antiutilitarista das ciências sociais (Caillé, 2000; Godbout, 1999; Laville, 2013). Seu ponto de partida, invertendo a ordem dos autores, é a forma como Marcel Mauss (2003) decifrou o enigma da dádiva, ou a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir: o sistema da dádiva tinha por objetivo estabelecer ou manter a confiança e a aliança entre povos e nações. Para funcionar, o ato de dar precisava ser gratuito, o ato de receber precisava selar um compromisso e o ato de retribuir deveria ser magnífico. Do contrário, cresceria a desconfiança, a rivalidade, a beligerância e a dominação. Tratava-se de fazer uma aposta decisiva e de empenhar-se em ganhá-la. Com efeito, entre pessoas, aldeias e agrupamentos que transitam pelo mesmo espaço e compartilham seus recursos não há lugar para indiferença mútua. Isso seria possível apenas se uma coletividade não precisasse da outra, no presente e no futuro. Portanto, se nunca fosse necessário entrar em acordos - sabidamente uma quimera. Na ausência da confiança, da aliança e da paz, contudo, não se fazem acordos, mas declarações de guerra.

Somos todos interdependentes, essa condição antropológica primordial foi uma das grandes descobertas de Marcel Mauss. Por conseguinte, o grande desafio não é emanciparmo-nos uns dos outros rumo à autossuficiência; essa via apenas se realiza ao preço da dominação, pois nesse caso o controle da dependência mútua é exercido por apenas um dos lados. O grande e real problema dos seres humanos é lidar com a interdependência, gerir os inevitáveis vínculos sociais entre indivíduos, grupos sociais, povos e civilizações. A dádiva é uma alternativa, mas funciona apenas quando a intenção é criar vínculos sociais consistentes que se sustentam em valores, identidades e visões de mundo compartilhadas. O seu cimento na história tem sido as culturas, as ideologias e as religiões. Por certo, vínculos podem cumprir um papel instrumental e serem descartados em seguida, uma vez atingidos os seus objetivos. Contudo, viveríamos mal se contássemos apenas com relações utilitárias, pragmáticas, efêmeras, *não vinculantes*, que nada garantem se não tivermos como satisfazer a utilidade alheia permanentemente. Por isso, cultivamos vínculos de identidade e de confiança com os

¹⁴ A tradução de textos para o português foi realizada por nós, a partir das versões originais.

¹⁵ Jacques Godbout (1999) é um dos autores a enfatizar que dessa forma sobrevém uma banalização do conceito, o que elimina suas singularidades e retira seu poder discriminante.

nostros próximos, mas também mantemos laços espirituais com coletividades maiores às quais nos sentimos pertencer e nas quais encontramos o sentido de nossa existência. Nada que combine com as diretivas e as consequências sociais e existenciais do capitalismo de crise.

Esse entendimento demanda ainda algumas precisões. De um lado, Karl Polanyi, economista, cansou-se de repetir que a base da sociedade não é material, não é a economia, não são as forças produtivas. A base são as *relações sociais*. Isto significa que, salvo parcialmente no caso da nossa atual sociedade *de mercado*, as atividades de produção e circulação de bens e serviços são configuradas por critérios extraeconômicos. Ou seja, a economia não possui fins próprios, autodeterminados. Substantivamente, ela não é senão um meio de viabilizar aspirações através de realizações materiais; formalmente, ela não é mais que um termo utilizado em nossa época para evocar mentalmente uma dimensão da vida coletiva, dimensão que resulta de um processo socialmente instituído.

As economias - que poderíamos definir como o conjunto de atividades que proveem os meios necessários à nossa existência - estiveram historicamente encaixadas (*embedded*) na sociedade. Em suma, qualquer coisa que classifiquemos como *econômica* encontra uma razão de ser fora dela mesma. Portanto, os princípios de Karl Polanyi, ditos *econômicos*, antes e mais do que econômicos, são sociais, no sentido de estarem adstritos à arquitetura geral das sociedades; numa palavra, são socio-dependentes. Isto é claro no caso da reciprocidade: ela apenas pode ser vista como um princípio ou mecanismo econômico em segunda instância, como desdobramento de uma lógica social anterior. Em primeira instância, há um arcabouço de vínculos e convenções sociais, cuja estrutura e funcionamento constituem uma resposta à questão primordial da interdependência.

O mesmo é verdade quando a reciprocidade é a regra; atos de permuta encontram-se aqui inseridos em relações de longo alcance implicando confiança e segurança, situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação. Os fatores limitantes surgem de todos os pontos do compasso sociológico: o costume e a lei, a religião e a magia contribuem igualmente para o resultado, que é o de restringir os atos de intercâmbio em relação a pessoas e objetos, tempos e ocasiões. Em regra, aquele que permuta apenas entra em um tipo de relação já determinado, no qual tanto os objetos quanto as quantias a eles equivalentes já estão dados (Polanyi, 2001: 64).

Por conseguinte, a reciprocidade não deve ser concebida como um princípio econômico no sentido habitual e estrito desse termo.¹⁶ Ela se define como um sistema de relações instaurado entre pessoas, grupos ou coletividades simétricas, ensejando prestações mútuas cuja existência repousa na vontade de criar ou manter um vínculo social. A reciprocidade tem a ver com lógicas sociais essencialmente vinculantes. Voltando aos nossos autores, Marcel Mauss direcionou-se a uma concepção de dádiva igualitária, evitando a esmola (dádiva hierárquica) e a guerra (dádiva agonística entre rivais), de forma que sua definição reencontra aquela de reciprocidade de Karl Polanyi¹⁷ (1977; 2000). Nesse último, o conceito é aplicado em plano mais focalizado, atinente à subsistência material, mas sempre associado a relações entre agrupamentos humanos homólogos, simetricamente dispostos, que conduzem à formação de instituições econômicas:

¹⁶ Para Karl Polanyi, a reciprocidade e os demais princípios que ele adjetiva de *econômicos* estão socialmente encaixados. Quando eles demonstram capacidade de integrar a sociedade, moldando a sua lógica geral, instituem também a economia. As instituições econômicas devem ser entendidas como entidades socialmente construídas, nas quais os processos econômicos são codificados e internalizados na cultura, propiciando estabilidade e fluidez à economia (Maucourant e Plociniczak, 2009: 145-6). Isto engendra uma imbricação insolúvel entre a economia e os elementos sociais e culturais, seja no âmbito de organizações particulares, de setores econômicos ou da totalidade social.

¹⁷ Conceito ao qual Karl Polanyi chegou consultando fontes etnográficas similares às de Marcel Mauss, como Bronislaw Malinowski e Richard Thurnwald (Polanyi, 1968: 151; 2000: 95).

Em nossos termos, isto implica uma tendência, nas grandes comunidades, a estabelecer uma simetria múltipla em relação à qual pode desenvolver-se um comportamento recíproco nas comunidades subordinadas. Quanto mais estreita for a relação entre os membros da comunidade circundante, mais generalizada será a tendência a desenvolver, entre eles, atitudes de reciprocidade com respeito a relações específicas limitadas no espaço, no tempo ou de outra forma. Parentesco, vizinhança e totem [grupos totêmicos] pertencem aos agrupamentos mais permanentes e amplos. Em seu âmbito, as associações voluntárias e semivoluntárias de caráter militar, vocacional, religioso ou social criam situações nas quais, ao menos transitoriamente ou no tocante a uma localidade dada ou situação específica, tomarão forma agrupamentos simétricos cujos membros praticam algum tipo de mutualidade (Polanyi, 1968: 152).

A ocorrência da reciprocidade pode ser compreendida pelo fato de que a vida humana não se mantém reclusa em grupos primários, sem agrupamentos mais extensos - mas não a ponto de fatalmente constituírem massas anônimas, despersonalizadas. A família nuclear não sobrevive sem redes de parentesco, a produção familiar sem a ajuda comunitária, as unidades domésticas sem relacionamentos adicionais, os trabalhadores sem suas organizações de classe. Os vínculos apresentam-se, por isso, em círculos de interação menos estreitos e pessoais do que nas redes primárias. Para além da reprodução vital, é a reprodução social que está em causa, ensejando uma partilha de identidades mais abrangentes e uma adesão a fins comuns. Nessa esfera, em que figuram modalidades de associação entre indivíduos e grupos, as iniciativas econômicas podem funcionar e expandir-se por meio de laços de cooperação, quando se verifica uma associação voluntária de pessoas “com a intenção explícita de realizar em conjunto atividades econômicas, cujos benefícios se hão de compartilhar equitativamente entre todos os participantes” (Razeto, 1990: 67).

A reciprocidade vigora modernamente expandindo círculos sociais, como as organizações corporativas ligadas ao universo religioso ou laboral, mas também em associações típicas de nossa época, como clubes de lazer e condomínios habitacionais. Por seu intermédio, os grupos primários logram estabelecer laços de integração, nos quais encontram suporte. Forma-se uma comunidade de propósitos em torno da qual se produzem simultaneamente valores de uso e valores humanos, da amizade à responsabilidade entre gerações. Dos tradicionais clubes de mães (Santiago e Oliveira, 2006) às já mais recentes associações e redes voluntárias de saúde que ensejam inovações na gestão social desses serviços (Lacerda *et al.*, 2006), o leque é amplo. Mesmo nos grupos de ajuda mútua, baseados na reciprocidade interna (como os alcóolicos anônimos), embora o objetivo seja resolver um problema comum e não tanto cultivar vínculos ou compartilhar aspirações, é no próprio vínculo de confiança, entendimento e atendimento, que se busca a solução.¹⁸

4. A reciprocidade funcional e vinculante dos coletivos

No tocante à compreensão dos coletivos de auto-organização da vida comum, diremos que a reciprocidade deve ser vista em referência a um sistema de relações mútuas instauradas entre pessoas ou grupos, cuja existência repousa na vontade de criar ou cultivar vínculos sociais. Dito sistema engendra compromissos de longo prazo, contraídos pelos seus partícipes além e acima das obrigações contratuais que eventualmente lhes sirvam de suporte. Tudo isto fica longe do inútil, embora não prevaleçam motivações utilitárias: no regime de reciprocidade, inexistem propensões sistemáticas à permuta e à barganha, ou à realização em primeiro lugar do interesse individual. Por isso, para que

¹⁸ Como diz Jacques Godbout (1999: 84), ocorre uma espécie de substituição do ego narcísico dos aderentes por uma força maior, representada pelo grupo de iguais.

possamos compreender o papel instituinte da reciprocidade no âmbito dos coletivos, convém ainda diferenciar dois aspectos.

Como dissemos, o conceito de reciprocidade com frequência se resume ao seu sentido comum, de gestos bilaterais repetidos de retribuição, ou como “uma relação mútua reversível entre dois sujeitos” (Sabourin, 2008: 137). Nesse plano, ela é entendida como um mecanismo tangível de troca e circulação de bens e serviços, sem dar-se maior relevo às intenções subjacentes. Nesse terreno pragmático, ela se manifesta como um processo de retribuições sucessivas entre as partes envolvidas, em escalas de tempo e espaço variáveis. Inegavelmente, essa é a realidade cotidiana das cooperativas e organizações similares destinadas à geração de renda, nas quais há cooperação no trabalho e a repartição das *sobras* remunera os associados por seus aportes produtivos.

Porém, se abstrairmos os valores e vínculos sociais que sustentam a reciprocidade, ela termina sendo identificada com um tipo de intercâmbio simétrico tendente ao equilíbrio, o que induz a interpretá-la com base na regra de equivalência própria da troca, uma atividade onipresente nos grupos humanos, associada em Karl Polanyi ao princípio do intercâmbio. A reciprocidade pode estabelecer-se por questões de necessidade, mas perdura quando se converte em uma questão de *princípio*, que reflete um estado de confiança e aliança (existente ou almejado), sendo desse ponto de vista um pilar da solidariedade.

Portanto, em um plano concreto pode-se ver a reciprocidade como um *mecanismo* funcional de retribuições sucessivas, uma prática palpável das organizações associativas, cooperativas ou autogestionárias. Enquanto tal, porém, esse mecanismo pode funcionar *com* ou *sem* relação com o princípio da reciprocidade, sendo isso o que o separa ou aproxima do universo utilitário das trocas orientada pelo princípio do intercâmbio. Interessam-nos aqui aquelas situações em que o *princípio* e o *mecanismo* da reciprocidade andam *juntos*. Nesta combinação pode-se resumir a tese deste artigo quanto à vigência da reciprocidade como um vetor estruturante dos coletivos de auto-organização da vida comum.

Voltando à história e aos nossos autores, a coexistência entre esses níveis de reciprocidade – como mecanismo funcional e como princípio vinculante - foi apontada por Karl Polanyi em suas considerações sobre o povo Maori, habitante das Ilhas Trobiand em que estudos antropológicos trouxeram à tona o ciclo da dádiva: de um lado, havia uma reciprocidade prática relacionada à subsistência cotidiana, por meio de um esquema sofisticado de ajuda no interior de cada núcleo insular; de outro lado, havia uma reciprocidade simbólica, envolvendo um amplo circuito de prestações cerimoniais entre as ilhas – o *Kula* – num trabalho imenso e incansável visando “minimizar a rivalidade e o conflito, e maximizar a alegria de dar e receber presentes” (Polanyi, 1977: 51). Na atualidade, os fundos rotativos solidários, entre outros arranjos coletivos, constituem um bom exemplo: para que propiciem alternadamente o acesso ao crédito a seus integrantes, fixam-se regras conforme as condições dos participantes e os consensos quanto a seus interesses mútuos. Contudo, nem o consenso, nem as regras, tampouco o modelo de gestão perdura sem laços prévios renováveis, sem um horizonte comum refletindo as aspirações de uma coletividade com trajetórias e objetivos convergentes.¹⁹

O surgimento dos coletivos decorre de um processo gradativo de reconhecimento mútuo de valores e aspirações postos em comum, associados a um desejo de realização prática que os materializa até certo ponto e constrói um espaço social (e físico) em que *se vive de outra forma* no mundo. Criam-se laços em função de propósitos, que se traduzem em atividades concretas, quiçá em organizações com algum grau de institucionalização. Na organização, a reciprocidade se revela no valor outorgado à

¹⁹ Examinando 270 fundos solidários no Brasil, Roque Favarin concluiu que seu êxito depende do “fortalecimento de vínculos e laços de confiança e solidariedade, para ‘dentro’ e para ‘fora’ dos territórios” (Favarin, 2019: 16).

simetria social existente à partida (ou à sua instituição), o que se desdobra em procedimentos condizentes com os princípios de equidade, gestão coletiva e participação, entre outros. Dessa forma, o coletivo reflete aquelas aspirações sem esgotá-las ou reduzi-las. Há uma consciência quanto à necessidade de inovar nos fins e nos meios, de cultivar ideais, com sua transcendência imanente, ao mesmo tempo em que se criam *alternativas para estar no mundo*. Há engajamentos em causas com sentido, por vezes múltiplas, desde que as ações tenham efetividade.

Uma análise contextual preliminar levaria a concluir que boa parte dos coletivos, em particular suas ondas mais recentes, reflete um estado de descrença no poder transformador das grandes teleologias históricas. Poucas décadas atrás, essa expectativa conduziu a algumas realizações. Em contrapartida, gerou níveis de ansiedade e provocou frustrações suficientes para fulminar as esperanças utópicas. Ademais, produziu um retraimento da experiência do presente, levando o desfrute esperado da vida cotidiana a ser constantemente adiado, em permanente moratória. A separação entre os momentos de pragmatismo da vida diária, de realismo, e os momentos de engajamento em causas nobres, de idealismo, já não se sustenta – de resto, se está esvaindo a divisão, bem mais prosaica, entre os tempos de trabalho e de ócio. A alternativa sobranete parece ser a busca de sentidos virtuosos na vida do dia a dia, o ato de investir em causas significativas, ao alcance dos meios disponíveis. Isto inclui dar conta, de outro modo, da vida comum.

A Amada Massa é uma iniciativa de reparação social que tem como intenção colaborar com a construção de autonomia através de um sistema de apoio e de geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social. A nossa base financeira e de trabalho é um Clube de Pães na cidade de Porto Alegre [Brasil]. Nossa construção parte da militância na luta pela garantia de direitos de pessoas em situação ou com trajetória de rua e vulnerabilidade social, somada à experimentação em processos de Redução de Danos, de Comunicação Não-Violenta e de Princípios de Justiça Restaurativa.²⁰

O texto acima, de apresentação do coletivo *Amada Massa*, cujos protagonistas principais são pessoas em situação de vulnerabilidade, residentes em ruas de Porto Alegre, reflete esse estado de ânimo. A iniciativa congregou essas pessoas, ativistas e profissionais de assistência social, em alguma medida já militantes desta e de outras causas, não apenas quanto à formulação de demandas aos poderes públicos, mas de intervenções junto à categoria social em questão, com uma metodologia baseada no respeito aos direitos humanos e em objetivos de emancipação. A atividade econômica de fabricação de pães, com vistas à geração de renda, além de contar com a valorização do consumo responsável de parte dos clientes, agrega outros elementos – e outros engajamentos – como o uso de ingredientes orgânicos fornecidos por produtores locais. Sua intenção é consolidar a iniciativa e promover a formação de redes de empreendimentos afins, propiciando apoio mútuo, maior organização e autonomia.

No ramo da alimentação estão surgindo várias iniciativas dedicadas a serviços de restauração, ao fabrico e comercialização de produtos orgânicos (ou veganos), ao lado de ações militantes de denúncia, protesto e mobilização social contra a indústria mundial de alimentos e as políticas correlatas. Às vezes, esse ideário soma-se à organização de empreendimentos inovadores, como o restaurante vegano *Aurora*, também em Porto Alegre, que funciona com princípios de autogestão e, recusando a lógica do mercado, faculta a seus consumidores estabelecer o preço a pagar pelas refeições.²¹

A associação *Acolhida na Colônia*, com outras características, é igualmente um bom exemplo. Desde 1999, essa iniciativa reúne dezenas de agricultores familiares, em regiões com atrativos

²⁰ Fonte: <https://amadamassa.com.br/>.

²¹ Fonte: <https://auroraantiespecista.com.br/>.

turísticos, que oferecem hospedagem em suas casas, de modo que os turistas vivenciem a vida no campo de modo prático, compartilhando os espaços e as atividades com os anfitriões. Cria-se assim uma alternativa de renda para os agricultores, mas não só: seu propósito é valorizar a agricultura familiar, preservar o meio ambiente e primar pela qualidade dos produtos locais. As propriedades com frequência dedicam-se à produção orgânica e os passeios oferecidos têm igualmente uma finalidade de conscientização. Quer-se também valorizar o trabalho da mulher, os produtos e a culinária local, assim como a comercialização a preços justos. Hoje, mais de 200 famílias estão associadas à iniciativa, em vários estados do país.²²

Pudemos conhecer in loco essas três experiências, daí a conveniência de citá-las. Todas elas possuem semelhanças com empreendimentos considerados no Brasil de economia solidária, participantes dos seus movimentos e ações organizadas. Contudo, a militância dos coletivos em geral não é diretamente política, no sentido de combate ou reivindicação. Seu engajamento objetiva antes resultados práticos e efeitos demonstrativos, ainda que também se envolvam em ações coletivas relacionadas à esfera pública ou em mobilizações de grande envergadura, como exemplifica o Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras.²³

Conclusão

Tem-se nesses pontos um programa de pesquisa. A tese que propomos não pretende encerrar a questão, mas sugerir temas e embasar hipóteses de investigação. No momento, compreender os coletivos do ponto de vista de suas dinâmicas internas, instituintes e estruturantes, parece-nos mais profícuo do que discutir suas orientações ideológicas, sua incidência na arena política ou seus processos de institucionalização, pois quanto a isso temos uma realidade multifacetada, com situações díspares, e um campo aberto de possibilidades, no essencial ainda intangível.

O regime democrático que conhecemos agoniza. Suas instituições tornaram-se impotentes, à medida que foram conspurcadas pelo poder econômico, se submeteram ao tráfico de influência, se amoldaram à corrupção e à impunidade, ou simplesmente se enfraqueceram. Lutar nesse terreno, para quem está de fora ou sempre guardou uma certa distância, exigiria dar-lhe crédito acima de qualquer realismo. Daí que os coletivos, assumindo uma postura antiestablishment, muitas vezes passam ao largo da política e se ocupam com as suas coisas. Eles lidam com outras premissas, alheias a categorias que moldaram as estratégias da “esquerda de ontem” (Bajoit, 2014), como *revolução ou reformismo*, *acúmulo de forças* ou *tomada do poder*. Sua incidência se dá menos sobre a política (as instituições vigentes) e mais sobre o político (os valores que embasam os processos de deliberação e as relações de poder), terreno em que defendem e concretizam princípios de equidade, participação e respeito mútuo.

Ademais, os coletivos combatem o neoliberalismo em um ponto crucial: à “cultura do medo, do sofrimento e da morte”, eles contrapõem “uma cultura da esperança, da felicidade e da vida” (Santos, 2014: 147). Nada mais simbólico do que suas alusões a sentimentos (*Amada* Massa), a renascimentos (Restaurante *Aurora*) e à aceitação (*Acolhida* na Colônia). Conduzindo-se de forma aberta, democrática, eles atendem à necessidade (para a “esquerda de hoje”) de “respeitar a vontade de independência dos indivíduos” (Bajoit, 2014: 139). Mas não se limitam ao plano das boas intenções; como vimos, atuam com empenho no terreno objetivo das ações concretas. Se hoje é vital disputar o econômico, engendrar um movimento internacional de reapropriação e democratização da economia

²² A *Acolhida* na Colônia inspirou-se na associação francesa *Accueil Paysan*, hoje em mais de 30 países, cujo objetivo é “fomentar o movimento mundial pela manutenção da agricultura familiar” (<https://acolhida.com.br/sobre/apresentacao/>).

²³ Ver: <https://transformadora.org/es/economias-transformadoras>.

(Bajoit, 2014: 140), os coletivos agem tanto por boicote - direto ou indireto - da indústria global de consumo e dos circuitos especulativos do capital financeiro, quanto pela criação ou revitalização de alternativas de trabalho, produção e circulação de bens e serviços.

Entretanto, de acordo com o enfoque e a tese principal desse artigo, o maior trunfo dos coletivos reside no acionamento do princípio de reciprocidade. A sua ativação e o seu cultivo ao longo do tempo foi o que permitiu à economia social e solidária ser um vetor de equilíbrio social e um garante da pluralidade econômica (Gaiger, 2020). Mas não é suficiente que a economia seja plural. Isto, e nada mais, pode manter a supremacia do princípio do intercâmbio e subordinar a economia doméstica e a economia pública aos ditames do mercado, como se tem visto. O princípio que exerceu um papel histórico fundamental, combinado à redistribuição, foi a reciprocidade (Polanyi, 1957; 1977). Por essa via, relações associativas de cooperação podem transladar-se, em sociedades complexas, das instâncias primárias a círculos mais amplos. Expandindo-se, é a reciprocidade que pode hoje rivalizar com o intercâmbio e instituir padrões de economia não essencialmente mercantis, superando o utilitarismo reinante (Gaiger, 2016).

Será sempre uma questão de enveredar por algum caminho, mas não às cegas. Por isso, o ponto de partida deve ser outro, como os coletivos parecem acreditar e querer demonstrar: se nosso objetivo for sociedades mais justas e livres, não se trata de apostar na economia, mas sim em novas formas de viver, em alternativas condizentes com a nossa condição de interdependência, com as quais se torna plausível acionar novos meios, adequados à satisfação de nossas necessidades. Que serão menos prementes se a reciprocidade, pela via da aliança, garantir laços vinculantes e nos livrar do circuito de endividamento perpétuo com o qual o capitalismo de crise nos ilude e nos afasta da humanização.

Bibliografia

Arensberg, C., Pearson, H. e Polanyi, K. (1957). *Trade and Markets in the Early Empires. Economies in History and Theory*. Glencoe, USA: The Free Press.

Bajoit, G. (2014). Mensajes a la izquierda de ayer y de hoy. In Coraggio, J. L., e Laville, J.-L. (Orgs.), *Reinventar la izquierda en el siglo XXI. Hacia un diálogo Norte-Sur* (pp. 129-141). Los Polvorines, Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento.

Bouchard, M. e Rousselière, D. (Eds.) (2015). *The Weight of the Social Economy. An International Perspective*. Bruxelas, Bélgica: P. I. E. Peter Lang.

Bregman, R. (2018). *Utopia para realistas. Como construir um mundo melhor*. Rio de Janeiro, Brasil: Sextante.

Caillé, A. (2000). *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris, França: Desclée de Brouwer.

Comitê Invisível (2018). *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo, Brasil: Edições Antipáticas.

Davis, J. et al. (2014). *Scaling up the cooperative movement*. Grassroots Economic Organizing and Democracy Collaborative. Disponível em: <https://payhip.com/b/12dY>.

Eschweiler, J. et al. (2019). The Reciprocity Dimension of Solidarity: Insights from Three European Countries. *Voluntas*, 30: 549–561.

Favarin, R. (2019). *A dívida e reciprocidade nos fundos rotativos solidários*. Florianópolis: 19º Congresso Brasileiro de Sociologia.

Gaiger, L. (2015). Saint-Exupéry e o valor dos laços vinculante: apontamentos sobre a economia solidária e a felicidade. In Rocha, A., Calderoni, D. e Justo, M. (Orgs.), *Construções da felicidade* (pp. 207-231). São Paulo, Brasil: Autêntica.

Gaiger, L. (2016). *A descoberta dos vínculos sociais. Os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo, Brasil: Editora Unisinos.

Gaiger, L. (2017). Solidarity Economy in South and North America: converging experiences. *Brazilian Political Science Review*, 11 (3): 1-27.

Gaiger, L. (2020). A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da economia social e solidária. *Nova Economia* (no prelo).

Gaiger, L. et al. (2014). *A economia solidária no Brasil. Uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo, Brasil: Oikos.

Gaiger, L. e Santos, A. (Orgs.) (2017). *Solidariedade e ação coletiva: trajetórias e experiências*. São Leopoldo, Brasil: Editora Unisinos.

Gaiger, L. e Wanderley, F. (2019). Social enterprise in Latin America: patterns and historical relevance. In Gaiger, L.; Nyssens, M. e Wanderley, F. (Eds.), *Social enterprise in Latin America: theory, models and practice* (pp. 239-261). New York, USA: Routledge.

García Linera, A. (2010). *A potência plebeia – ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo, Brasil: Boitempo Editorial.

Giannetti, E. (2002). *Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização*. São Paulo, Brasil: Cia. das Letras.

Gibson, K. e Graham, J. (1996). *The End of Capitalism (As We Knew It): A Feminist Critique of Political Economy*. Minneapolis, USA: University of Minnesota Press.

Gibson, K., Graham, J., Cameron, J. e Stephen, H. (2013). *Take Back the Economy: An Ethical Guide to Transforming Our Communities*. Minneapolis, USA: University of Minnesota Press.

Godbout, J. (1999). *O espírito da dívida*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Getúlio Vargas.

Gouldner, A. (1960). The Norm of Reciprocity. *American Sociological Review*, 25 (2): 161-178.

Harari, Y. (2016). *Homo Deus. Uma breve história do amanhã*. São Paulo, Brasil: Cia. das Letras.

Harvey, D. (1989). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Brasil: Loyola.

Harvey, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Brasil: Boitempo.

Holloway, J. (2009). *Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy*. Buenos Aires, Argentina: Herramientas.

Hopkins, R. (2008). *The Transition Handbook: From Oil Dependency to Local Resiliense*. Chelsea White River Junction, Vermont, USA: Green Publishing.

Lacerda, A., Pinheiro, R. e Guizardi, F. (2006). Espaços públicos e saúde: a dádiva como constituinte de redes participativas de inclusão social. In Martin, P. e Campos, R. (Orgs.), *Polifonia do dom* (pp. 311-332). Recife, Brasil: Editora Universitária UFPE.

Laville, J.-L. (2013). Avec Polanyi et Mauss. Vers une théorie de la démocratie et de l'économie plurielles. In Hillenkamp, I. e Laville, J.-L. (Eds.), *Socioéconomie et démocratie : l'actualité de Karl Polanyi* (pp. 271-300). Toulouse, França: Eres.

Lemaître, A. (2013). Popular cooperatives and local development in Southeast Brazil: towards socio-economic pluralism. In Hillenkamp, I.; Lapeyre F. e Lemaître, A. (Eds.), *Securing Livelihoods: Informal Economy Practices and Institutions* (pp. 25-46). Oxford: Oxford University Press.

Martínez Alier, J. (2010). *El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Lima, Peru: Espiritrompa Ediciones.

Martins, M. (2010). As sociedades indígenas e a economia do dom; o caso dos Guaranis. *Cadernos IHU Ideias*, 8 (138).

Maucourant, J. e Plociniczak, S. (2009). L'«institution» selon Karl Polanyi. Fondements et mise en perspective contemporaine. *Tracés - Revue de Sciences humaines*, 17 (2) : 143-156.

Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Brasil: Cosac Naify.

Morin, E. e Kern, A. (2003). *Terra-pátria*. Porto Alegre, Brasil: Sulina.

Murra, J. (1969). *Reciprocity and Redistribution in Andean Civilizations*. Chicago, USA: HAU Books.

Nascimento, C. (2019a). *Do Beco dos Sapos aos canaviais de Catende*. Marília, Brasil: Ed. Lutas Anticapital.

Nascimento, C. (2019b). *A autogestão comunal*. Marília, Brasil: Ed. Lutas Anticapital.

Ostrom, E. (2000). *El gobierno de los bienes comunes. La evolución de las instituciones de acción colectiva*. Cidade do México, México: Fondo de Cultura Económica.

Petitclerc, M. (2007). «*Nous protégeons l'infortune*». *Les origines populaires de l'économie sociale au Québec*. Montreal, Canadá: VLB Éditeur.

Pleyers, G. (2018). *Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

Polanyi, K. (1968). *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi* (Edited by George Dalton). New York, USA: Anchor Books.

Polanyi, K. (1977). *The Livelihood of Man*. (Edited by Harry W. Pearson). New York, USA: Academic Press.

Polanyi, K. ([1944] 2000). *A grande transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

Polanyi, K. ([1944] 2001). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of our Time*. Boston, USA: Beacon Press.

Razeto, L. (1990). *Las empresas alternativas*. Montevideo, Uruguai: Editorial Nordan-Comunidad.

Sabourin, E. (1999). Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, XVIII (20): 41-49.

Sabourin, E. (2008). Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (66): 131-138.

Sabourin, E. (2011). *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, Brasil: UFRGS.

Sahlins, M. (1974). *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Santiago, I. e Oliveira, M. (2006). Dádiva e fato associativo: estudo empírico nos Clubes de Mães de Campina Grande. In Martin, P. e Campos, R. (Orgs.), *Polifonia do dom* (pp. 235-254). Recife, Brasil: Editora Universitária UFPE.

Santos, B. (2014). ¿Reinventar las izquierdas? In Coraggio, J. L. e Laville, J.-L. (Orgs.), *Reinventar la izquierda en el siglo XXI. Hacia un diálogo Norte-Sur* (pp. 143-164). Los Polvorines, Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento.

Sassen, S. (2010). *Sociologia da globalização*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Sassen, S. (2016). *Expulsões - brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz & Terra.

Sen, A. (1993). Codes moraux et réussite économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 100: 58-65.

Somers, M. (2014). *The Power of Market Fundamentalism: Karl Polanyi's Critique*. Harvard, USA: Harvard University Press.

Temple, D. (2003). *Teoría de la reciprocidad* (2 tomos). La Paz, Bolívia: PADEP/ GTZ.

Wright, E. (2015). Análise de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 17: 121-163.

Zibechi, R. (2006). *Dispersar el poder. Los movimientos como poderes anti estatales*. Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón.

Zibechi, R. (2007). *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Lima, Peru: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Enviado: 08/09/2020
Aceptado: 15/09/2020

Cómo citar este artículo

Gaiger, L. (2020). A Reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum: uma resposta ao capitalismo de crise. *Otra Economía*, 13(23), 3-24